



**SUPOSTA FRAUDE**

*Shopping Partage pede segredo de justiça após juiz determinar perícia nas contas do condomínio*



**INTIMIDAÇÃO E MEDO**

*Técnicos da Funai estariam entrando nos imóveis sem identificação prévia*

# Advogado faz nova denúncia sobre ação "abusiva" de agentes da Funai em Palmeira dos Índios



Dalva Furtado e João Sousa são acusados de intimidação

**ESTÁ DECIDIDO!**

*Prefeito de Maceió nega negociação para entregar partido*



*Valdemar Costa Neto diz que PL quer JHC candidato ao governo de Alagoas*

**COLLOR NA BERLINDA**

*Análise no Supremo trata do rompimento do contrato de afiliação da emissora alagoana com a Rede Globo.*

*Moraes pede vista e suspende julgamento no STF sobre disputa entre Globo e TV Gazeta*

**SEM CASSINOS**

*Proposta busca reduzir exposição da população à publicidade de apostas e plataformas de bets em espaços de grande circulação*

*Rui Palmeira protocola projeto para proibir propaganda de bets em áreas públicas de Maceió*

**MAIS UM NA DISPUTA**

*Encontro com presidente nacional do PDT reforça apoio do partido e consolida projeto político para 2026 em Alagoas*

*Ronaldo Lessa confirma pré-candidatura ao Senado após reunião com Carlos Lupi em Brasília*



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Entre a caneta e o portão

Em disputas fundiárias, a forma como o poder público atua costuma ser tão relevante quanto as decisões jurídicas que orientam o processo. Em Palmeira dos Índios, relatos recentes indicam que a presença de técnicos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) tem provocado apreensão entre agricultores e proprietários rurais da região.

O advogado Adeilson Bezerra afirma ter recebido vídeos gravados por moradores que mostram agentes da instituição entrando em propriedades sem identificação prévia. De acordo com ele, a abordagem surpreende os residentes e, quando há tentativa de reação ou cobrança

de explicações, surgem momentos de tensão. O resultado é um ambiente descrito pelos produtores como intimidador.

Bezerra recomenda cautela diante de qualquer promessa feita nesse contexto. Segundo ele, existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal que determina que indenizações em processos de demarcação devem considerar não apenas benfeitorias realizadas, mas também o valor da terra nua. Na interpretação do advogado, o procedimento relatado pelos agricultores estaria ignorando esse entendimento.

O episódio ocorre enquanto o Congresso ainda analisa o chamado

Marco Temporal, aprovado no Senado e aguardando votação na Câmara dos Deputados. A proposta busca estabelecer critérios para a definição de terras indígenas e tornou-se um dos temas mais sensíveis da pauta nacional.

Enquanto o debate segue em Brasília, o cotidiano no interior revela outro cenário: produtores atentos a cada movimentação oficial e comunidades rurais tentando entender o que virá depois. Em conflitos dessa natureza, a presença do Estado deveria trazer clareza. Quando produz insegurança, o problema deixa de ser apenas jurídico — passa a ser também político.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Em AL, Bolsonaro decide: Arthur e Gaspar são pré-candidatos ao Senado

Quando viajou para Brasília, no dia 23 de fevereiro, o vereador Leonardo Dias (PL) tinha na agenda uma reunião com o deputado federal Delegado Fábio Costa (PP-AL), como publiquei aqui no CM.

Mas ele também teve encontros com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e com o senador e pré-candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ), conforme fotos publicadas em sua rede social.

Nos últimos dias, Leonardo Dias já anunciou em entrevistas que vai apoiar, para o Senado, os deputados federais Alfredo Gaspar (UB-AL) e Arthur Lira (PP-AL).

Isso significa claramente que o vereador - amigo e aliado raiz da família - está alinhadíssimo

com o clã Bolsonaro e que os dois parlamentares são indicações do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Também pode significar que, dentro do PL nacional, a “porta” está fechada para que JHC indique ou seja candidato a senador, restando-lhe, no campo bolsonarista, a “janela” de disputar o governo.

Portanto, quando, também na semana passada, Arthur Lira cobrou em entrevistas a continuidade do projeto político iniciado lá atrás com JHC, tudo já estaria combinado com as lideranças do PL.

O que fará JHC, prefeito de Maceió e presidente do PL alagoano?

Essa é a pergunta que domina as conversas no tabuleiro político.



EXPEDIENTE

Wellington Sena  
Diretor  
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira  
Editor Geral  
fernandoliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos  
Departamento Jurídico  
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

EDITORIAL - ARTIGOS - EXPEDIENTE

## INTIMIDAÇÃO E MEDO

*Técnicos da Funai estariam entrando nos imóveis sem identificação prévia*

# Advogado faz nova denúncia sobre ação "abusiva" de agentes da Funai em Palmeira dos Índios

O advogado Adeilson Bezerra faz novas denúncias sobre a ação dos técnicos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em Palmeira dos Índios. Segundo ele, os agricultores e proprietários rurais registraram em vídeos algumas ofensivas praticadas pelos agentes da instituição.

De acordo com o material enviado ao advogado Bezerra, os técnicos da Funai entram nos imóveis sem identificação prévia, intimidam os moradores, que, ao reclamar da situação, são confrontados pelos agentes.

Bezerra orienta os agricultores a não aceitar nenhuma promessa mediante as circunstâncias. "O que a Funai vem praticando é uma 'pegadinha' de péssimo gosto", alerta.

Ele explica que existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a qual determina que as

indenizações devem levar em consideração também a terra nua e não apenas as benfeitorias realizadas. "Entretanto, é justamente isso que eles estão querendo fazer", afirma Bezerra.

Segundo ele, os agentes da Funai se aproveitam da situação para impor terror psicológico, coação, intimidação e ameaças. "Peço que se mantenham fortes e resilientes. Já temos a PEC do Marco Temporal aprovada

no Senado, que em breve será votada na Câmara dos Deputados", explica.

Ele lembra que os trâmites políticos e jurídicos estão tramitando, mas que essas decisões demandam tempo.

"É momento de serenidade. Ou seja, não é momento de desespero. A nossa vitória está a caminho e, quando olharmos para trás, veremos que a luta não foi em vão".



Advogado Adeilson Bezerra



Dalva Furtado, agente da FUNAI



Agente João de Sousa Santos tenta omitir o próprio nome para proprietário da casa



Clima de intimidação assusta famílias

## ESTÁ DECIDIDO!

*Prefeito de Maceió nega negociação para entregar partido*

## Valdemar Costa Neto diz que PL quer JHC candidato ao governo de AL

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, afirmou que a legenda trabalha para ter o prefeito de Maceió, JHC, como candidato ao Governo de Alagoas nas eleições de 2026. O dirigente também negou qualquer possibilidade de negociação para que outra liderança política assuma o comando do partido no estado.

A informação foi publicada na manhã desta quarta-feira (11) pelo jornalista Edivaldo Júnior, em seu blog no portal GazetaWeb. O colunista é um dos principais analistas da política alagoana e acompanha há anos os bastidores das articulações eleitorais no

estado.

De acordo com Valdemar Costa Neto, a orientação da direção nacional do PL é fortalecer a candidatura de JHC como parte da estratégia do partido de construir palanques estaduais competitivos para a disputa presidencial de 2026.

"JHC só não será candidato a governador pelo PL se não quiser. Ele faz parte do nosso projeto de construção de candidaturas competitivas nos estados, fundamental para fortalecer o projeto nacional do partido nas próximas eleições", afirmou.

Segundo o dirigente, o partido busca consolidar lideranças regionais capazes de sustentar o projeto presidencial do senador Flávio Bolsonaro em 2026. Para o PL, a presença de candidatos competitivos aos governos estaduais é considerada estratégica para ampliar a mobilização política nos estados.

Valdemar também afirmou acompanhar o cenário político em Alagoas e destacou a expectativa em torno do nome do prefeito da capital. "Sabemos que existe hoje em Alagoas uma expectativa enorme para que JHC seja candidato ao governo do Estado", declarou.



Na avaliação do presidente nacional do PL, uma eventual candidatura do prefeito de Maceió pode representar a abertura de um novo ciclo político em Alagoas. "Vejo em JHC uma pré-candidatura

extremamente promissora para vencer a corrida rumo ao Palácio dos Martírios e iniciar um novo ciclo político no estado", disse.

SUPOSTA FRAUDE

*Associação de lojistas contesta pedido de sigilo e afirma que tentativa de esconder processo reforça suspeitas sobre gestão das taxas condominiais*

# Shopping Partage pede segredo de justiça após juiz determinar perícia nas contas do condomínio

A Justiça de Alagoas determinou a realização de uma perícia contábil para analisar as contas relacionadas à gestão do condomínio do Shopping Pátio Arapiraca, em preendimento administrado pelo grupo Partage. A decisão foi proferida pelo juiz Helestron Silva da Costa, da 8ª Vara Cível da Comarca de Arapiraca, no âmbito da Ação de Exigir Contas nº 0708166-32.2024.8.02.0058, movida pela Associação dos Lojistas do Arapiraca Garden Shopping (ALGAR) contra o Condomínio do Shopping Pátio Arapiraca e a Pátio Arapiraca S/A.

Na decisão, o magistrado reconheceu que existe uma controvérsia técnica de natureza contábil envolvendo a gestão financeira do empreendimento, com grande volume de documentos, repasses financeiros, despesas e demonstrativos apresentados no processo. Diante da complexidade das informações, o juiz concluiu que a análise ultrapassa os conhecimentos técnicos ordinários do Judiciário e determinou a produção de prova pericial contábil.

Para a realização da perícia foi nomeado um perito judicial contábil, responsável por analisar a documentação juntada aos autos e apresentar um laudo técnico sobre os pontos questionados na ação. A decisão também estabeleceu prazos processuais. O perito tem cinco dias para informar se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários. Após a definição do valor, deverá ser depositado em juízo o equivalente a 50% dos honorários no prazo de 15 dias. Somente após esse depósito começa a contagem do prazo de 30 dias fixado para a apresentação do laudo pericial.

Após a decisão, o processo registrou novas movimentações. O perito solicitou prazo de 120 dias para realizar a análise em razão da quantidade de documentos a serem examinados. As partes



também já apresentaram os chamados quesitos, que são perguntas técnicas que deverão ser respondidas pelo perito no laudo.

Outro ponto que passou a movimentar o processo foi um pedido apresentado pela administração do shopping para que a ação passe a tramitar em segredo de justiça. No requerimento, os réus alegam que a publicidade do processo poderia expor informações sensíveis da empresa, como “intimidade econômica”, “margens de lucro”, estratégias de precificação e contratos de parceria tecnológica, o que poderia gerar desequilíbrio concorrencial no setor de shopping centers.

A solicitação ainda não foi analisada pelo magistrado, e o processo permanece público.

## Associação contesta pedido de sigilo

A Associação dos Lojistas do Arapiraca Garden Shopping (ALGAR) apresentou petição ao juízo manifestando total discordância com o pedido de segredo de justiça. O documento foi protocolado pelo advogado João Luiz Mendes de Barros Mascarenhas.

Na manifestação, a associação argumenta que a tentativa de decretar sigilo representa uma inversão da própria natureza da ação de exigir contas, que tem como princípio central a transparência.

Segundo a petição, os argumentos utilizados pelos réus — como a necessidade de proteger “margens de lucro” e “estratégias de precificação” — seriam incompatíveis com a natureza jurídica das contas discutidas no processo.

De acordo com a associação, a ação não trata da contabilidade privada da empresa Pátio Arapiraca S/A, mas sim das contas do condomínio do shopping, que por definição legal e contábil não possui finalidade lucrativa, sendo destinado apenas ao rateio das despesas comuns entre os lojistas.

Na manifestação apresentada ao juízo, a associação sustenta que, ao alegar a necessidade de proteger “margens de lucro” nas contas condominiais, o próprio shopping acabaria reforçando a principal denúncia apresentada na ação: a de que recursos arrecadados nas taxas de condomínio estariam sendo utilizados de forma indevida.

## Contrato com empresa de climatização também é questionado

Outro ponto levantado na manifestação da associação diz respeito ao contrato firmado com a empresa Ecogen, relacionado ao sistema de climatização do empreendimento.

Segundo os lojistas, o contrato teria sido utilizado para justificar despesas repassadas aos lojistas por meio das taxas condominiais. A associação argumenta que o próprio contrato prevê, em cláusula específica, a possibilidade de divulgação das informações quando exigidas por decisão judicial ou por determinação legal.

Na petição, a entidade também sustenta que o modelo contratual teria sido utilizado para transferir aos lojistas o custo de uma infraestrutura que permaneceria como patrimônio do empreendedor, o que, segundo a argumentação apresentada, poderia contrariar dispositivos da Lei do Inquilinato.

## Debate sobre publicidade do processo

A associação também argumenta que a ação possui natureza coletiva, já que foi proposta por uma entidade representativa dos lojistas do empreendimento.

Por esse motivo, sustenta que o segredo de justiça impediria que os próprios lojistas — que pagam mensalmente as taxas discutidas na ação — tenham acesso às informações relacionadas à gestão financeira do condomínio.

Outro argumento apresentado é o de que, ao incluir determinadas despesas no rateio condominial, o próprio empreendedor teria tornado tais custos passíveis de auditoria pelos condôminos, o que afastaria a alegação de confidencialidade absoluta.

## Pedido ao juiz

Na petição protocolada no processo, a associação solicita que o juiz indefira integralmente o pedido de segredo de justiça, mantendo a tramitação pública da ação.

Subsidiariamente, caso o magistrado entenda que algum documento específico possua cláusula de confidencialidade, a entidade pede que eventual sigilo seja restrito apenas ao contrato mencionado, sem impedir o acesso



público ao restante do processo, incluindo contas, perícias e demais documentos.

Enquanto o pedido de sigilo aguarda análise judicial, a perícia contábil determinada pela Justiça deverá aprofundar a análise das contas discutidas na ação e esclarecer tecnicamente as divergências apresentadas pelas partes.

MAIS UM NA DISPUTA

Encontro com presidente nacional do PDT reforça apoio do partido e consolida projeto político para 2026 em Alagoas

Ronaldo Lessa confirma pré-candidatura ao Senado após reunião com Carlos Lupi em Brasília

O presidente do PDT em Alagoas, Ronaldo Lessa, confirmou nesta terça-feira (11) que será pré-candidato ao Senado nas eleições de 2026. A decisão foi consolidada durante uma reunião em Brasília com o presidente nacional do partido, Carlos Lupi.

Segundo informações divulgadas após o encontro, a conversa foi marcada pela reafirmação da unidade interna do PDT e pela construção de um projeto político voltado para o cenário eleitoral de Alagoas. Lupi manifestou apoio à pré-candidatura de Lessa, destacando a trajetória pública do dirigente e sua atuação política no estado.

Durante a reunião, também foram discutidas prioridades programáticas do partido, com ênfase na defesa de grupos historicamente marginalizados da sociedade, como povos indígenas, mulheres, negros, quilombolas, pessoas

LGBTQIA+, pessoas com deficiência, trabalhadores sem-terra e idosos.

A articulação em Brasília é vista como um passo importante na estratégia nacional do PDT para fortalecer a presença da legenda em Alagoas e ampliar o diálogo com diferentes setores da sociedade.

De acordo com aliados, a pré-candidatura de Lessa busca reunir experiência política e propostas voltadas ao desenvolvimento econômico, à justiça social e à ampliação de oportunidades para a população do estado.



SEM CASSINOS

Proposta busca reduzir exposição da população à publicidade de apostas e plataformas de bets em espaços de grande circulação

Rui Palmeira protocola projeto para proibir propaganda de bets em áreas públicas de Maceió

O vereador Rui Palmeira (PSD) protocolou na Câmara Municipal de Maceió um projeto de lei que propõe proibir a propaganda de jogos de azar e plataformas de apostas esportivas, conhecidas como “bets”, em áreas públicas de Maceió. A iniciativa pretende reduzir a exposição da população a esse tipo de publicidade em locais de grande circulação, como a orla, ruas e avenidas, praças e equipamentos públicos.

Durante discurso na tribuna da Casa de Mário Guimarães, o vereador destacou os impactos sociais provocados pelo vício em apostas. “Segundo o Ministério da Saúde, 1,4

milhão de brasileiros estão diagnosticados com ludopatia, o que equivale praticamente a toda a população da região metropolitana da capital viciada em jogos de azar. Isso gera um custo brutal para a seguridade social, para

as empresas, para os empregos e traz muito sofrimento para milhares de famílias”, afirmou.

O parlamentar também ressaltou que o debate sobre a regulamentação da promoção de jogos de azar já ocorre em nível federal.



Segundo Rui, a discussão no Congresso Nacional sobre a restrição desse tipo de propaganda em todo o Brasil enfrenta forte pressão do lobby das “bets”, um setor que movimentava bilhões de reais no país.

A proposta apresentada por Rui Palmeira seguirá agora para tramitação na Câmara e será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Maceió. Durante o pronunciamento, o vereador também solicitou uma avaliação cuidadosa da matéria, com o objetivo de fortalecer o debate e evitar que mais famílias sejam afetadas pelo vício em jogos de azar.

## COLLOR NA BERLINDA

*Análise no Supremo trata do rompimento do contrato de afiliação da emissora alagoana com a Rede Globo*

# Moraes pede vista e suspende julgamento no STF sobre disputa entre Globo e TV Gazeta

O ministro Alexandre de Moraes pediu vista e suspendeu, nesta terça-feira (10), o julgamento no Supremo Tribunal Federal que analisa a disputa judicial entre a TV Globo e a TV Gazeta de Alagoas, pertencente à família do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

O caso começou a ser julgado na última sexta-feira (7), em sessão virtual da Corte. Relator da ação, o ministro Edson Fachin votou favoravelmente à Globo, defendendo que a imposição judicial para manutenção do contrato de afiliação restringe o direito da emissora de proteger sua programação e a reputação de sua marca.

No voto, Fachin argumentou ainda que a continuidade do serviço

público de radiodifusão não pode ficar condicionada a interesses privados de uma empresa que enfrenta dificuldades financeiras. O ministro citou entendimento anterior do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que autorizou o encerramento da retransmissão do sinal da Globo pela TV Gazeta.

Até a suspensão do julgamento, os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin acompanharam o voto do relator.

A disputa entre as emissoras teve início em setembro de 2025, quando a Globo deixou de ser retransmitida pela TV Gazeta em Alagoas. A decisão ocorreu após autorização de Barroso para a redistribuição do sinal a outra afiliada no estado.

Na ocasião, havia um contrato de renovação compulsória da afiliação por cinco anos, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça. No entanto, Fachin avaliou que esse tipo de medida não constitui instrumento constitucional válido para assegurar a sobrevivência de uma empresa em recuperação judicial.

Desde 27 de setembro de 2025, a programação da Globo no estado passou a ser retransmitida pela TV Asa Branca.



## “ESCRavidÃO”

## “Minha escala é 7 x 0”, afirma presidente da CACB ao criticar debate sobre redução da jornada de trabalho

O presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Alfredo Cotait Neto, manifestou posição crítica à proposta de redução da jornada de trabalho no país e defendeu que o tema seja debatido com critérios técnicos, sem interferência de disputas políticas.

Em artigo publicado recentemente, Cotait afirma que sua visão sobre o trabalho foi construída desde cedo, influenciada por valores transmitidos por gerações anteriores, que viam o emprego como instrumento de dignidade e progresso social.

Segundo ele, conquistar um trabalho ou avançar na carreira era motivo de orgulho familiar e representava um caminho

para melhorar de vida.

“Sou de uma geração que ouvia, desde a infância, os mais velhos dizerem que o trabalho dignifica, engrandece e enobrece o homem”, escreveu.

O dirigente também afirmou que encara o trabalho como uma virtude, e não como um fardo. Ao comentar sua própria rotina profissional, destacou que não vê problema em dedicar-se integralmente às atividades.

“Minha escala de trabalho é 7 x 0. Não a vejo como castigo, pelo contrário”, declarou.

Para Cotait, embora o debate sobre a jornada seja legítimo, ele precisa ser conduzido de forma responsável e com base em dados econômicos e produtivos. Na avaliação do dirigente, discutir mudanças desse tipo em ano eleitoral pode contaminar o processo com interesses políticos.

“Será um processo contaminado pela busca de votos e pelo ‘holofote’ das redes sociais, sem que se discuta impactos na economia e na geração de empregos”, afirmou.

O presidente da CACB também chamou atenção para o nível de produtividade no país. Segundo ele, o Brasil ainda enfrenta dificuldades estruturais que deveriam ser tratadas antes de uma eventual mudança na carga horária de

trabalho.

Cotait citou, por exemplo, dados que apontam que cerca de 30% dos adultos brasileiros são analfabetos funcionais, fator que, segundo ele, contribui para a baixa produtividade da economia.

“O trabalho é realização, fonte de renda, origem da prosperidade familiar, da sustentabilidade de um país e do crescimento da sociedade”, escreveu.

Outro ponto destacado pelo dirigente é o possível impacto de mudanças na jornada sobre pequenos e médios empreendedores. Para ele, esse segmento da economia poderia ser o mais afetado por eventuais aumentos de custos trabalhistas.

De acordo com Cotait, muitos desses empresários já operam com margens de lucro reduzidas e enfrentam dificuldades para manter seus negócios diante de um cenário econômico desafiador.

“Ao exigir que a discussão ocorra com bases técnicas e profundas, estamos preocupados em não aumentar custos, o que levaria ao crescimento do desemprego e da inflação”, argumentou.

Ele também defendeu que o debate sobre jornada de trabalho considere as diferentes

*Alfredo Cotait Neto diz que não vê o trabalho contínuo como castigo e defende que a discussão sobre mudanças na jornada seja feita com base técnica*

realidades produtivas do país e respeite os mecanismos de negociação entre empregadores e trabalhadores previstos na legislação.

Na avaliação do dirigente, o país ainda não reúne condições econômicas para promover uma mudança dessa natureza.

“O Brasil não está preparado para discutir esse tema agora e os parlamentares precisam ter esse entendimento”, concluiu.



TRANSFORMAÇÃO

*Construção de novas creches vai atender quase 1 mil crianças, desde o berçário, e garantir apoio às mulheres da região*

# Vereador Chico Filho destaca nova realidade da educação no Litoral Norte de Maceió

O vereador Chico Filho destacou a nova realidade da educação nos bairros do Litoral Norte, durante pronunciamento na sessão dessa terça-feira (11), na Câmara Municipal de Maceió. Ele lembrou do histórico de abandono da região, que hoje vem dando espaço para investimentos em novas creches.

No bairro da Garça Torta, um terreno que por anos era tomado por lixo e esgoto a céu aberto, deu lugar ao primeiro Gigantinhos do bairro. Com investimento de R\$ 7,9 milhões, a creche atenderá 260 crianças, com direito a seis refeições diárias e sistema de ensino bilíngue.

“Quero mostrar o

quanto eu estou feliz com essas entregas. Temos colegas aqui, vereadores, que trabalham no Litoral Norte, que sabem das dificuldades que era conseguir qualquer coisa para a região. Era usado todo tipo de desculpa e a gente não conseguia levar nada. Hoje, a gente tem uma creche linda”, afirmou o vereador.

Em outro espaço, no bairro de Ipioca, será inaugurado nos próximos dias um Gigantinhos com vagas para mais de 500 crianças. A construção também enfrentou obstáculos, por conta de normas para o uso dos recursos federais, mas que foram contornados pela Prefeitura.

“O prefeito resolveu e está entregando em breve a creche de Ipioca. É um ganho fantástico para todas as mulheres, que podem agora trabalhar, de forma tranquila, porque vão ter seus filhos em um local onde vão poder fazer seis refeições, serão bem cuidados. É realmente impactante o trabalho que a Prefeitura tem feito na educação da cidade de Maceió”, pontuou.



MEIO AMBIENTE

*Discussão levada pelo vereador Thiago Prado culminou na aprovação de um requerimento para audiência pública que irá tratar do tema*

## Vereadores defendem regulamentação de passeios noturnos nas piscinas naturais de Pajuçara e Ponta Verde

O passeio noturno feito por meio de catamarãs, jangadas e barcos de pequeno porte nas piscinas naturais de Pajuçara e Ponta Verde foi amplamente discutido nesta quarta-feira (11), durante sessão na Câmara Municipal. O tema foi levado ao plenário pelo vereador Thiago Prado e contou com as contribuições da vereadora Sylvania Barbosa, do vereador Allan Pierre e do presidente Chico Filho.

O vereador Thiago Prado mobilizou o parlamento e conseguiu a aprovação de um requerimento para debater os possíveis impactos ambientais, avaliar os transtornos causados pelo barulho de som alto durante os passeios, além de buscar um regramento para que o chamado “Banho de Lua” continue acontecendo, mas sem prejuízos ao meio

ambiente e à população.

“São diversos moradores que entram em contato comigo para solicitar que sejam adotadas providências para regulamentar o passeio noturno que acontece nas piscinas naturais da Ponta Verde e da Pajuçara, assegurando que o chamado ‘Banho de Lua’, não promova transtornos para a população, nem impactos negativos ao meio ambiente. Nossa audiência pública tem como objetivo promover um debate participativo, reunindo representantes do poder público, órgãos de fiscalização, entidades do trade turístico, operadores de passeios, guias de turismo e a sociedade civil. A finalidade é construir diretrizes que assegurem o uso sustentável das piscinas naturais, equilibrando o desenvolvimento do turismo com a preservação ambiental e a segurança dos visitantes”, argumentou o parlamentar.

Ao pedir para contribuir com o debate, a vereadora Sylvania Barbosa destacou que a situação que envolve a orla marítima está desenfreada. Ela defendeu que seu Projeto de Lei aprovado no final do ano passado seja promulgado e proíba os passeios noturnos.

“Essas festas que estão acontecendo durante o passeio noturno estão prejudicando o meio ambiente, as pessoas que frequentam a nossa praia e muito lixo está sendo jogado no mar. As festas estão acontecendo de domingo a domingo. Há muita reclamação de moradores e também existe a possibilidade do Ministério Público Federal ser acionado para agir nessa situação”, disse a vereadora.

Já o presidente Chico Filho foi defensor de uma discussão madura e responsável em favor da regulamentação do passeio noturno, sobretudo porque é um atrativo turístico, que gera emprego, renda e promove o “Destino Maceió”.

“O regramento é necessário para que as pessoas que trabalham corretamente não sejam prejudicadas por quem está agindo em desacordo com a proteção do meio ambiente e a preservação de nossas belezas naturais. A Câmara Municipal não pode se eximir desse debate, com regulamentos claros, aprovação de leis, demonstrar que um debate maduro e responsável é completamente a favor de quem trabalha corretamente nesse atrativo turístico que é o passeio noturno”, contextualiza o presidente.

Quem também contribuiu com o debate foi o vereador Allan Pierre. Para o parlamentar, existe a necessidade de uma fiscalização permanente na área costeira marítima de Maceió. Pierre lembrou que especialistas que estudam a vida marinha apontam que esses eventos noturnos são prejudiciais à vida marítima.



## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

*Plansan-AL orientará políticas públicas até 2027 e reforça ações integradas para garantir o direito à alimentação adequada no estado*

# Governo de Alagoas entrega Plano Estadual de Segurança Alimentar para fortalecer combate à fome

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Alagoas (Caisan/AL), do Governo do Estado, entregou oficialmente o Plano Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), documento que irá orientar as políticas públicas de combate à fome no estado até 2027.

Sob a coordenação da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (Seades), o Plansan-AL foi construído por meio de um processo participativo, com a colaboração do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Alagoas (Consea/AL).

A elaboração do documento também considerou as deliberações da 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O evento contou ainda com a participação de representantes do Governo Federal, entre eles a diretora-substituta de Promoção da Alimentação Saudável do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Kelliane Fuscaldi, e a secretária executiva da Câmara Intersetorial de Segurança

Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional), Aline Muras.

Para Kelliane Fuscaldi, a construção do plano representa um avanço importante na articulação entre as políticas públicas federais e estaduais voltadas ao enfrentamento da fome.

“O lançamento do plano reafirma que a promoção da alimentação adequada e saudável exige compromisso político permanente e cooperação federativa, e com ele, o estado de Alagoas dá um passo importante ao consolidar marcos institucionais fundamentais para fortalecer sua política de segurança alimentar e nutricional”, destacou.

Durante o evento, a secretária da Seades e presidente da Caisan/AL, Kátia Born, ressaltou a importância da iniciativa para enfrentar um dos principais desafios sociais do país.

“A fome é uma urgência social que exige ação imediata, responsabilidade pública e compromisso contínuo. Esta entrega inédita mostra que o governo Paulo Dantas é comprometido com a promoção da justiça social e com a construção de um futuro com mais dignidade e direitos assegurados para todos os alagoanos”, enfatizou.

Com vigência até 2027, o plano prevê a implementação de ações estruturantes e entregas estratégicas voltadas à ampliação e qualificação das iniciativas já existentes na área de segurança alimentar e nutricional. A base do documento é uma análise situacional detalhada, que identifica desafios persistentes e avanços alcançados no estado, orientando programas e ações alinhados às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A construção do plano contou ainda com a participação direta de todos os secretários municipais de Assistência Social e de Agricultura, que contribuíram para a elaboração das propostas e estratégias presentes no documento.

O secretário Marcelo Melo destacou

que a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Alagoas (Seagri) tem reforçado programas como o Planta Alagoas, a Distribuição de Alevinos, a implementação de cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Leite), iniciativas que integram a base do Alagoas Sem Fome, considerado o maior programa de combate à insegurança alimentar e nutricional do estado.

“Quando fortalecemos quem produz comida, nós também fortalecemos a segurança alimentar da população. O Plano Estadual chega justamente para organizar e fortalecer ainda mais esse conjunto de ações. É um instrumento que orienta políticas públicas, integra esforços e aponta caminhos para que possamos avançar ainda mais no combate à fome. Porque garantir

comida na mesa do povo não é apenas uma política pública, mas um compromisso social e humano”, declarou Marcelo Melo.

O Plansan-AL também foi apresentado como um instrumento dinâmico, com previsão de revisões e atualizações periódicas. Para garantir a execução articulada das ações, será elaborada anualmente a Programação Anual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Proassan), responsável por orientar e acompanhar a implementação das metas previstas no plano.



**A DUPLA MAIS QUENTE**  
**PARA COMEÇAR SEU DIA BEM INFORMADO**

**ACESSE**  
[www.anoticiaalagoas.com.br/](http://www.anoticiaalagoas.com.br/)

## CRISE NO MUTANGE

*Funcionários reivindicam pagamentos retidos enquanto a presidência anuncia corte drástico no quadro de pessoal para conter gastos*

# Protesto de colaboradores e demissões em massa marcam dia tenso no CSA

O clima nos arredores do complexo esportivo do CSA foi de total insatisfação nesta manhã, com dezenas de empregados manifestando sua indignação. O motivo central é a ausência de pagamento de salários que já se estende por um período crítico, afetando o sustento de diversas famílias

ligadas ao clube. Com faixas e palavras de ordem, os manifestantes buscaram chamar a atenção da diretoria para a precariedade de suas condições de trabalho.

Em resposta ao movimento, a presidência convocou uma coletiva de imprensa para comunicar medidas amargas que visam a sobrevivência da instituição. O anúncio de uma série de desligamentos caiu como um balde de água fria sobre aqueles que esperavam uma solução

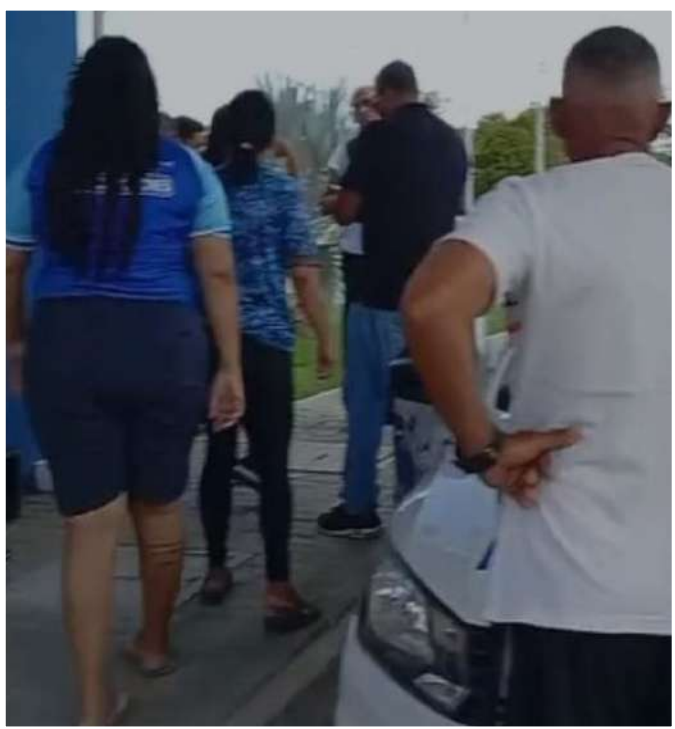
imediata para os débitos. A cúpula azulina alega que o enxugamento do quadro administrativo é a única via para tentar normalizar os fluxos bancários nas próximas semanas.

O sindicato da categoria já foi acionado e promete acompanhar de perto as rescisões, temendo que os direitos básicos dos trabalhadores sejam ignorados no processo de corte. Para muitos colaboradores de longa data, a sensação é de abandono por parte de uma gestão que

não conseguiu prever o colapso financeiro. A crise institucional reflete diretamente no moral de quem atua nos bastidores, desde a manutenção dos gramados até os setores administrativos.

Enquanto o portão principal era palco de reclamações, a diretoria tentava buscar novos aportes financeiros para estancar a saída de recursos. A justificativa oficial aponta para uma queda acentuada nas receitas previstas e o não cumprimento de contratos de patrocínio que eram dados como certos. Esse descompasso orçamentário transformou o dia a dia do Azulão em um campo de batalha jurídico e social, longe das glórias esportivas.

A perspectiva para os próximos dias é de incerteza, com a possibilidade de novas paralisações caso as promessas de quitação não sejam cumpridas. O clube atravessa um dos períodos mais nebulosos de sua história recente, onde a bola parece ter ficado em segundo plano diante da urgência por sobrevivência econômica. A torcida observa com apreensão, temendo que o desarranjo fora de campo se traduza em um desempenho pífio nas competições oficiais.



## ESCLARECIMENTOS

*Em pronunciamento após tumulto no CT, mandatário marujo confirma data para pagamento de salários e rebate protesto de colaboradores*

## Rodas detalha quitação de débitos e expõe cenário de crise em rivais regionais

O presidente do Centro Sportivo Alagoano, Robson Rodas, rompeu o silêncio nesta quarta-feira (11) para detalhar a estratégia de regularização

financeira do clube após uma manhã de forte tensão em Maceió. O dirigente confirmou que os recursos necessários para quitar a folha de pagamento do centro de treinamentos, da comissão técnica e dos jogadores já foram viabilizados. Segundo o cronograma oficial,

os vencimentos devem estar nas contas dos profissionais na próxima segunda-feira, dia 16, buscando encerrar o impasse que mobilizou até a força policial.

Ao descrever o início de sua gestão frente à crise, o mandatário utilizou metáforas que ilustram a pressão sentida nos bastidores, afirmando ter assumido o comando de uma situação explosiva. Ele destacou que o atraso atual é de apenas cinco dias após o prazo legal, classificando a reação dos funcionários como desproporcional. O empresário relatou que a tentativa de uma reunião pacífica para evitar a paralisação das atividades foi recebida com hostilidade, o que dificultou o diálogo direto com a classe trabalhadora.

Além de tratar da realidade azulina, Rodas não poupou comparações com o panorama de outros clubes do cenário nacional que enfrentam dilemas financeiros mais profundos. Ele citou exemplos de equipes tradicionais que entraram em campo com múltiplos meses de salários retidos sem que houvesse movimentos de greve generalizados. Essa argumentação visa pontuar que, apesar das dificuldades momentâneas no Mutange, a gestão está empenhada em manter um fluxo de caixa mais saudável que o de seus concorrentes diretos.

Sobre as falas acerca de desligamentos ocorridas durante o conflito no CT, o presidente adotou um tom mais cauteloso, afirmando que cada situação será analisada de

forma individualizada. A ideia é estudar o comportamento e a necessidade de cada profissional dentro do novo organograma administrativo que está sendo desenhado. A postura sinaliza uma reformulação interna severa, priorizando o comprometimento com o projeto esportivo e a manutenção da ordem no ambiente de trabalho diário.

O anúncio traz um horizonte para os funcionários, que enfrentavam a incerteza sobre seus proventos em meio a um clima de instabilidade institucional. A postura incisiva do dirigente busca reafirmar sua autoridade e capacidade de resolver os problemas estruturais que herdou ao assumir a presidência. O foco agora se volta para o cumprimento do prazo estabelecido, elemento vital para que a confiança mútua entre diretoria e colaboradores seja restabelecida e o clube possa focar nos desafios dentro das quatro linhas.



GEOPOLÍTICA NOS GRAMADOS

Nações com históricos de atritos com os Estados Unidos sinalizam ausência e reforçam o impacto de conflitos externos no cenário esportivo

# Tensões diplomáticas afastam Rússia e Irã da Copa do Mundo de 2026

O cenário internacional começa a desenhar os contornos das ausências para o próximo Mundial, e o campo diplomático parece ditar as regras antes mesmo do apito inicial. Rússia e Irã, nações que atravessam períodos de forte desgaste nas relações com o governo norte-americano, indicaram que não devem figurar entre os participantes do torneio em 2026. A confirmação dessas baixas traz à tona como o xadrez político global consegue transpor as barreiras dos estádios e influenciar diretamente a composição das delegações.

No caso russo, a exclusão por parte dos

órgãos reguladores do futebol internacional permanece como um desdobramento direto de sanções vigentes, impedindo que a seleção russa dispute as eliminatórias. Já em relação aos iranianos, a complexidade logística e as restrições de trânsito entre os países dificultam a viabilidade de uma participação plena e segura. Esse distanciamento reflete uma barreira que vai além da capacidade técnica dos atletas, atingindo esferas de segurança e protocolos de Estado.

Interlocutores da organização do evento admitem que a falta desses competidores altera o intercâmbio cultural que o futebol proporciona. Embora o comitê organizador busque manter o

foco na celebração esportiva, é impossível ignorar que o clima de hostilidade em outras frentes acaba por minar a presença de certas bandeiras no território anfitrião. Tal realidade impõe um desafio extra para a federação internacional, que tenta preservar a neutralidade da competição em solo americano.

Analistas esportivos observam que o esvaziamento de certas potências regionais pode diminuir o apelo da audiência em mercados específicos da Eurásia e do Oriente Médio. Sem a Rússia e com a retração do Irã, o torneio perde componentes que historicamente trazem fervor e engajamento em suas respectivas zonas de influência. A ausência desses rivais políticos no solo dos Estados

Unidos retira o componente de revanche simbólica que muitas vezes atrai os olhares do público geral.

Por fim, o comitê de recepção trabalha agora para garantir que as demais nações sintam um ambiente de acolhimento, independentemente das divergências externas. A meta é evitar que o Mundial se transforme em um espelho das assembleias de líderes mundiais, priorizando a integração através da bola. Até a cerimônia de abertura, os organizadores esperam que o foco retorne aos gramados, embora a sombra das crises diplomáticas permaneça sobre os preparativos finais.

CRÍTICAS FORTES

A ex-campeã do UFC Ronda Rousey criticou duramente o card do evento previsto para ocorrer na Casa Branca. Durante coletiva de divulgação de seu retorno ao MMA, a lutadora afirmou que a programação ficou muito abaixo da expectativa criada. Segundo ela, o evento foi promovido por mais de um ano, mas o resultado final não agradou. Rousey chegou a afirmar que o card é “uma droga”, demonstrando frustração com a organização. A americana ainda sugeriu que até dirigentes do próprio UFC estariam insatisfeitos com a escalação das lutas.

ESTREIA AMARGA

A seleção brasileira feminina de basquete começou com derrota sua participação no Pré-Mundial da modalidade. A equipe enfrentou forte marcação das adversárias e encontrou dificuldades ofensivas durante boa parte da partida. Mesmo com reação em alguns momentos, o Brasil não conseguiu virar o placar na estreia. O resultado aumenta a pressão para os próximos jogos da competição classificatória. A equipe agora precisa de vitórias nas rodadas seguintes para manter viva a chance de avançar no torneio.



CRISE NO ALVINEGRO



A derrocada do clube carioca expõe fragilidades técnicas na meta e decisões administrativas equivocadas sob o comando da atual gestão

# Faturas pendentes e falhas de planejamento sentenciam queda precoce do Botafogo

A eliminação precoce do Botafogo evidenciou problemas que já acompanhavam a equipe desde o início da temporada. O resultado não foi tratado como surpresa, mas como consequência de fragilidades acumuladas ao longo do ano. Entre os pontos mais criticados está a instabilidade na posição de goleiro, que acabou se tornando um dos principais pontos vulneráveis do time.

Erros individuais na defesa comprometeram o desempenho da equipe

em momentos decisivos das eliminatórias. A insegurança sob as traves afetou diretamente o restante do sistema defensivo, provocando um efeito em cadeia que abalou o funcionamento tático da equipe e a confiança do elenco durante as partidas.

Fora de campo, a gestão do clube também passou a ser alvo de análises mais críticas. A condução do projeto liderado por John Textor, dentro do modelo de Sociedade Anônima do Futebol, gerou debate sobre a estratégia adotada para formar o elenco e suprir necessidades consideradas

essenciais.

O ambiente interno, que antes era apontado como positivo, começou a apresentar sinais de desgaste diante da sequência de resultados negativos. A pressão externa aumentou, enquanto lideranças do grupo perderam espaço no vestiário em meio às incertezas sobre os rumos do projeto esportivo.

Parte da torcida também passou a questionar a postura do clube no mercado de transferências, especialmente pela manutenção de jogadores que já vinham apresentando

desempenho irregular. A avaliação é de que a falta de mudanças mais firmes acabou custando caro na disputa por objetivos importantes da temporada.

Com a eliminação, o clube também enfrenta impacto financeiro significativo, já que a ausência em competições e premiações futuras reduz receitas previstas. Diante desse cenário, cresce a pressão para que a diretoria reveja o planejamento esportivo e apresente respostas concretas para a reconstrução da equipe.

RUPTURA PÚBLICA

O lutador Jon Jones pediu a rescisão de contrato com o UFC após troca de declarações com o presidente da organização, Dana White. Em redes sociais, o ex-campeão afirmou que estava em negociação para lutar no evento da Casa Branca, mas recusou a proposta financeira apresentada. Jones também demonstrou irritação com declarações públicas feitas pelo dirigente sobre o caso. O atleta pediu que a organização o libere caso não exista interesse em utilizá-lo em novos eventos. O episódio ampliou a tensão entre um dos maiores nomes do MMA e o Ultimate.

